



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1004904-08.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
Requerente: **Alessandro Lopes Barranco**
Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Alegou o autor que foi surpreendido com o bloqueio de seu prontuário de habilitação, impedindo-o de renovar sua CNH antes mesmo da conclusão do processo administrativo de suspensão do direito de dirigir, o qual não teria transitado em julgado.

Esta afirmação destoa das informações dos autos, inferindo-se dos documentos juntados pela autarquia às fls. 44 que o autor foi devidamente notificado, tanto da instauração do PA, em 07/11/2015, quanto da decisão administrativa sem defesa, em 08/01/2016.

O que se depreende, aliás, é que o endereço que consta no seu cadastro RENACH (fl. 39) diverge do declinado na inicial (fl. 20), e é sua incumbência manter atualizado seus dados cadastrais perante o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, conforme artigo 241 do Código de Trânsito Brasileiro.

E os artigos 281 e 282 deste diploma legal não exigem aviso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

de recebimento, apenas a comprovação da postagem, para que considere realizada a notificação.

Assim, não se sustenta seu argumento de que não tenha recebido a notificação do resultado do processo administrativo.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE a ação** com resolução do mérito (art. 487, I, CPC).

Sem condenação em custas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 23 de agosto de 2018.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--